

CARTA ABERTA DOS PREVIDENCIÁRIOS AO PRESIDENTE LULA

Presidente, é hora de transformar reconhecimento em diálogo

Presidente Lula,

O Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul (SindisprevRS) acompanhou com atenção sua fala na cerimônia que celebrou a redução da fila de espera do INSS, realizada na última quinta-feira (3). Recebemos com satisfação o reconhecimento público ao trabalho dos servidores e servidoras do Instituto, assim como a importância que o senhor atribuiu à Previdência Social como instrumento de redistribuição de renda e desenvolvimento para a população brasileira, convicção que compartilhamos por inteiro.

Chamou-nos a atenção, em especial, o trecho em que o senhor tratou da reciprocidade entre gestão e servidores, ao afirmar que trabalhadores em greve por melhores salários não devem ser tratados como radicais, e que cabe ao governo buscar uma solução negociada. É sobre essa reciprocidade, e sobre a distância que ainda separa o discurso da prática, que escrevemos esta carta.

As reivindicações da Carreira do Seguro Social não são recentes. Atravessaram os governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro e chegam ao atual mandato sem que, até aqui, tenha havido avanço suficiente rumo a uma solução negociada. Foi nesse contexto de pauta represada, e não por escolha, que a categoria recorreu às paralisações de 2022 e 2024. Recordamos, com respeito, mas também com sinceridade, que durante a greve de 2024 muitos servidores foram chamados de radicais por parte da gestão daquele momento. Hoje, alguns desses mesmos gestores respondem, ou já foram presos, em investigações da Polícia Federal sobre fraudes bilionárias contra aposentados e pensionistas do INSS, fatos de conhecimento público. Não trazemos esse registro para acusar ninguém, mas para um convite à reflexão: os riscos à Previdência Social nunca estiveram nos servidores que reivindicam direitos por vias legítimas, e sim nas fragilidades que permitem que interesses privados se aproveitem da máquina pública.

A pauta da categoria é conhecida e permanece atual: exigência de nível superior como critério de ingresso para o cargo de Técnico do Seguro Social, instituição do Adicional de Qualificação, fixação de atribuições exclusivas para todos os cargos da carreira e incorporação de funções de fiscalização e controle voltadas ao combate a fraudes contra os próprios segurados. Trata-se, no fundo, de reconhecer essas atividades como exclusivas de Estado, integrando-as ao planejamento estratégico da União. Desde 2022, buscamos pactuar um decreto nesse sentido, mas, nos debates conduzidos pelo INSS e pelo Ministério da Previdência Social, quase a totalidade das propostas apresentadas pelos trabalhadores foi rejeitada. Mesmo assim, o SindisprevRS reiterou formalmente, em Grupos de Trabalho e no Comitê Gestor da Carreira, a necessidade de uma mesa efetiva de negociação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Presidente, a minuta desse decreto encontra-se hoje no MGI, órgão competente para decidir sobre diretrizes funcionais, e corre o risco real de ser finalizada sem interlocução efetiva com os servidores. Enviar o texto sem convergência prévia com a categoria contraria o próprio princípio da solução negociada que o senhor defendeu em seu discurso. É preciso garantir que o conteúdo final do decreto

reflita compromissos de fato pactuados entre as partes, evitando o histórico recorrente de propostas que, ao final do trâmite, desidratam ou anulam os pleitos acumulados pela categoria ao longo de anos. Essas reivindicações ganham urgência diante do avanço silencioso da reforma administrativa e do enfraquecimento da administração pública, seja pela via da PEC 32 e da PEC 38, seja pelo repasse gradual de funções públicas à iniciativa privada. No próprio INSS, esse movimento já aparece em acordos de cooperação técnica com entidades privadas para serviços antes prestados de forma exclusiva e gratuita pelo órgão, como o leilão da folha de pagamento, a transferência da gestão de consignados ao sistema bancário e a entidades associativas, cenário que favoreceu o aumento de descontos indevidos a aposentados, e a proposta de terceirizar a recepção e o atendimento ao público, o que expõe dados sensíveis e abre margem a novas irregularidades. Um funcionamento ágil e verdadeiramente humanizado do Instituto depende diretamente do enfrentamento desses gargalos estruturais e da valorização de quem sustenta o atendimento à população. Não haverá Previdência forte sem um quadro permanente, público e devidamente estruturado.

O SindisprevRS tem pleno acordo com o senhor quanto à urgência da via dialogada. As reivindicações da categoria convergem com as diretrizes de um governo comprometido com as garantias democráticas e com a proteção dos direitos das populações mais vulneráveis, que dependem diariamente da Previdência Social. Por isso, solicitamos formalmente a abertura de uma mesa efetiva de negociação entre o governo, por meio do MGI, e a representação legítima da categoria, antes de qualquer finalização do decreto de atribuições da Carreira do Seguro Social; o compromisso público de que o conteúdo final refletirá acordos de fato pactuados, e não uma decisão unilateral do Ministério; o avanço concreto da pauta represada; a garantia de que a modernização do atendimento não se dará às custas da terceirização ou da privatização de funções essenciais; e investimentos em infraestrutura, sistemas e concursos públicos para recompor um quadro de servidores hoje insuficiente diante dos próprios resultados que o governo apresenta à sociedade.

Presidente, reciprocidade não pode ser apenas uma palavra usada quando os resultados aparecem. Precisa ser prática quando os trabalhadores reivindicam direitos. A categoria já fez, e continua fazendo, a sua parte na redução da fila do INSS. Pedimos agora que o governo faça a sua, sentando-se à mesa, com prazo e compromisso, para resolver de forma definitiva e negociada as pautas da Carreira do Seguro Social. Seguimos à disposição para o diálogo, como sempre estivemos.

**Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul
SindisprevRS**

Em defesa da Carreira do Seguro Social, do INSS público e da Previdência Social.